CORREIO INSIDE

DESAFIOS DOS FITOTERÁPICOS NO BRASIL



Formação acadêmica é limitada

Especialistas indicam a inclusão da fitoterapia na grade curricular dos cursos de medicina como caminho para fortalecer o setor

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Com mediação da jornalista Sibele Negromonte, O *CB Inside*, promovido pelo Correio Braziliense**, com apoio da TV Brasília, contou com a presença do diretor do Instituto Escolhas e de especialistas na área de fitoterapia**

» MARIA BEATRIZ GIUSTI
» RAFAELA BOMFIM

A formação dos profissionais de saúde foi um ponto central no ***Correio** Inside*, ontem. O estudo produzido pelo Instituto Escolhas identificou que a fitoterapia não aparece de forma específica nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de medicina. Também apontou que 67% das especializações na área são oferecidas a distância, 89% estão vinculadas a campos genéricos de saúde e bem-estar e 47% se concentram na Região Sudeste.

Para o reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Custódio Almeida, a ausência do tema na formação acadêmica afeta diretamente a capacidade dos profissionais de indicar esses tratamentos. Mesmo quando existem produtos disponíveis, a falta de conhecimento sobre suas aplicações, indicações e limitações pode reduzir a prescrição e restringir o acesso da população.

"Se os nossos médicos e médicas formados e formadas nos cursos de medicina do país não têm componentes curriculares na sua formação sobre fitoterapia, sobre fitoterápicos, eles não se sentem autorizados a fazer prescrições", afirmou.

O reitor explicou que a UFC pretende inserir o conteúdo na formação dos estudantes de medicina e ampliar a discussão para outras graduações da área da saúde. A autonomia universitária permite que instituições criem disciplinas e componentes curriculares, mas Almeida ponderou que a mudança precisa alcançar o conjunto das universidades brasileiras.

O deputado Fernando Mineiro (PT-RN) também relacionou a falta de prescritores à baixa procura pelos produtos. Para o deputado, a expansão da indústria precisa ser acompanhada de uma política de formação, pois a produção, isoladamente, não garante que os medicamentos sejam utilizados. Ele citou a experiência da Sustentec, organização que atua em cerca de 70 municípios do oeste do Paraná, capacita gestores e profissionais de saúde, orienta agricultores e produz e comercializa aproximadamente 40 produtos.

Na avaliação do parlamentar, experiências desse tipo mostram que a capacitação pode aproximar a população dos tratamentos e estimular a produção local. No entanto, iniciativas regionais precisam ser acompanhadas de políticas nacionais.

O estudo recomenda que os ministérios da Educação e da Saúde, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, trabalhem para incluir conteúdos de fitoterapia nos cursos de medicina. Também propõe a inclusão desses medicamentos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e em recomendações do Conselho Federal de Medicina.

A dificuldade de transformar conhecimento científico em produtos comercializados foi apontada como um dos principais gargalos do setor. Embora universidades e centros de pesquisa desenvolvam estudos sobre espécies vegetais, muitas descobertas não avançam para as etapas necessárias à fabricação de medicamentos. A passagem do laboratório para a indústria exige recursos, ensaios clínicos, comprovação de eficácia e segurança, registro sanitário e transferência de tecnologia.

O levantamento do Instituto Escolhas recomenda financiar estudos clínicos por meio de editais que compartilhem custos e riscos com a indústria. Outra medida é utilizar os Laboratórios Farmacêuticos Oficiais para iniciar a produção de fitoterápicos considerados prioritários para o SUS. A estrutura pública poderia ajudar a superar dificuldades iniciais de fabricação e permitir que medicamentos desenvolvidos no país alcancem a rede de saúde.

O coordenador de Patrimônio Genético do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Daniel Cardoso ressaltou que a organização da cadeia deve considerar o tempo necessário para o cultivo e o desenvolvimento dos produtos. Diferentemente de outros segmentos industriais, a produção de matéria-prima vegetal depende de ciclos de crescimento, condições ambientais e processos de beneficiamento. Por isso, o planejamento precisa assegurar fornecimento regular e padrões de qualidade.

"Não basta ter a planta. Ela precisa gerar o insumo correto na quantidade correta para ser competitiva", afirmou. O coordenador também chamou atenção para a necessidade de fortalecer os agricultores familiares e os extrativistas, que podem integrar a cadeia como fornecedores de matéria-prima. Para isso, é preciso oferecer orientação técnica, capacitação e condições de produção que permitam atender às exigências da indústria.

Segundo ele, a demanda precisa ser construída ao mesmo tempo em que a produção é estruturada. Sem compradores, os agricultores não terão segurança para investir no cultivo; sem fornecimento regular, a indústria não conseguirá manter a fabricação.

Propostas para o setor crescer

O Instituto Escolha sugere nove proposições, divididas em quatro eixos, que poderão contribuir para aumentar o mercado de fitoterápicos no Brasil

EIXO 1: INCENTIVOS À PESQUISA E INOVAÇÃO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- **Proposta 1:** Integrar a descoberta de novas espécies vegetais com o desenvolvimento de novos medicamentos, conectando a pesquisa acadêmica às exigências sanitárias da Anvisa e à indústria.
- **Proposta 2:** Estimular a realização de estudos clínicos sobre a eficácia e a segurança dos fitoterápicos por meio de editais públicos de fomento.
- **Proposta 3:** Utilizar os Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFOs) para a produção inicial de fitoterápicos prioritários e posterior transferência de tecnologia ao setor privado.

EIXO 2: COMPRAS PÚBLICAS PARA FOMENTAR A PRODUÇÃO

- **Proposta 4:** Centralizar a aquisição de fitoterápicos pelo Ministério da Saúde (MS) e realizar a distribuição padronizada para estados e municípios.
- **Proposta 5:** Incluir medicamentos fitoterápicos no Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) para distribuição gratuita na atenção básica.

EIXO 3: FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROTOCOLOS MÉDICOS

- **Proposta 6:** Incluir os fitoterápicos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do SUS e em recomendações orientativas do Conselho Federal de Medicina (CFM).
- **Proposta 7:** Inserir disciplinas obrigatórias e padronizadas sobre fitoterapia nas graduações de medicina (MEC, MS e CNE).

EIXO 4: GOVERNANÇA

- **Proposta 8:** Criar uma coordenação da política industrial de fitoterápicos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), articulada com a política Nova Indústria Brasil.
- **Proposta 9:** Fortalecer as Farmácias Vivas como componente estratégico, garantindo orçamento contínuo, financiamento previsível e acesso a linhas de crédito.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Cardoso: "Não basta ter a planta. Ela precisa gerar o insumo correto"

Farmácias Vivas

As Farmácias Vivas foram apresentadas como uma estratégia de atenção à saúde e de valorização do conhecimento sobre plantas medicinais. No Ceará, a iniciativa permite que moradores visitem hortos, recebam mudas e orientações sobre o uso das espécies e cultivem as plantas em casa. O modelo busca aproximar a população dos tratamentos e ampliar a circulação de informações sobre o cultivo e o preparo.

Custódio Almeida destacou que a iniciativa não se limita à entrega de um produto. "As pessoas não recebem simplesmente um medicamento pronto, mas recebem a muda da planta, a receita de como usar a planta. Então elas podem multiplicar isso nos seus quintais, com seus vizinhos e formar uma cadeia interessante", explicou.

O reitor ressaltou que a utilização de plantas medicinais exige orientação e conhecimento. A transformação de uma espécie em medicamento envolve pesquisa científica, identificação das propriedades, avaliação de segurança e definição das formas adequadas de uso. Por isso, a difusão das Farmácias Vivas deve estar associada à capacitação de profissionais e à produção de informações confiáveis.

Daniel Cardoso também defendeu o fortalecimento dessas unidades como espaços de formação e apoio aos agricultores.

Ele citou o Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas de Plantas Medicinais e Fitoterápicas (PDFIT), que prevê atividades de capacitação no campo, boas práticas agrícolas e de beneficiamento e a criação de coleções botânicas para orientar produtores familiares.

O especialista mencionou, ainda, a necessidade de ampliar o número de Farmácias Vivas estruturadas e registradas dentro dos padrões exigidos. Para Cardoso, a rede pode contribuir para disseminar conhecimento e apoiar a organização da produção, mas precisa de financiamento e continuidade.

Mineiro concordou com a importância das iniciativas comunitárias, mas ponderou que elas não substituem a estrutura industrial necessária para atender a uma demanda maior. "Para pensar em produção industrial, exige-se um projeto tecnológico ao qual a rede de Farmácias Vivas não responde. Ela permanece como algo complementar à medicina tradicional, dando um suporte. Repito: acho importante. Agora, para chegar ao fitoterápico, é preciso pensar em nível industrial", afirmou. (**RB** e **MBG**)

Reprodução/YouTube



Almeida: proposta é ampliar conhecimento sobre espécies da Caatinga

Jardim Botânico da Caatinga

A UFC também trabalha na implantação do Jardim Botânico da Caatinga, em uma área de mais de 800 hectares. O projeto prevê o mapeamento, o plantio e o cultivo de espécies medicinais do bioma, além de pesquisas sobre seu potencial farmacêutico. A intenção é conectar o trabalho desenvolvido nos laboratórios à cadeia produtiva e criar estações em diferentes campi da universidade.

Custódio Almeida explicou que a iniciativa dá continuidade ao trabalho do professor Abreu Matos, referência nos estudos sobre plantas medicinais e na criação das Farmácias Vivas. A proposta é ampliar o conhecimento sobre as espécies da Caatinga e desenvolver pesquisas que possam contribuir para a produção de fitoterápicos.

O projeto está associado à Lei nº 15.430, de 10 de junho de 2026, voltada à proteção e à recuperação da Caatinga, e conta com o apoio de Sérgio Leitão. Para o reitor, a iniciativa pode aproximar a conservação ambiental da pesquisa científica e do desenvolvimento econômico, desde que o conhecimento produzido seja acompanhado de condições para chegar à sociedade.

A discussão também reforçou que a valorização das plantas medicinais não deve ser confundida com o uso indiscriminado de produtos naturais. Os participantes defenderam a necessidade de pesquisa, controle sanitário e orientação profissional para garantir que os fitoterápicos sejam utilizados com segurança.

Ao final do debate, a avaliação comum foi de que o Brasil precisa deixar de tratar a biodiversidade apenas como um recurso disponível e passar a organizar políticas para transformá-la em conhecimento, tecnologia, produção e acesso à saúde. O desafio envolve diferentes setores e depende de continuidade no financiamento, formação de profissionais, participação da indústria e compras públicas capazes de sustentar o mercado nacional.